

## Esboço de uma Semântica das Estruturas Nominais

### 1. Para uma perspectiva integrada da semântica das estruturas nominais

A determinação do valor semântico de uma estrutura frásica resulta de uma complexa combinação de, pelo menos, os seguintes subcomponentes: o **conteúdo proposicional básico** da frase, isto é, a representação de uma situação por meio de um predicado e seus argumentos; um **valor de localização temporal** (envolvendo não apenas localizações absolutas da situação em causa em grandes sectores do eixo do tempo e seus subintervalos, mas também localizações em relação a outras situações); um **valor de polaridade** (positiva ou negativa); um **valor de modo e modalidade** (envolvendo, por exemplo, variações relativas ao carácter real ou hipotético com que a situação é apresentada, ao grau de possibilidade da sua verificação ou ao grau de certeza da asserção); uma ou mais interacções entre elementos da frase ou do discurso – as chamadas **relações de escopo** –, que impõem restrições sobre interpretações. Em alguns casos, a completa especificação da semântica de uma frase pode ainda requerer a explicitação de **asserções subentendidas ou pressupostas**. Finalmente, é quase sempre necessário, para se obter a definição de um conteúdo proposicional completo, determinar **cadeias de referência discursivas** que permitam estabelecer o valor denotacional de certos elementos de uma frase, sejam eles elementos lexicais, pró-formas (por exemplo, pronomes) ou elementos nulos.

A **semântica das estruturas nominais** pode envolver todos os subcomponentes acima enumerados, não se esgotando no plano do conteúdo proposicional básico. Na verdade, a contribuição de um sintagma nominal lexical para o valor semântico da frase que o integra distribui-se por diversos planos,

uns intrínsecos ao sintagma, isto é, que dependem apenas do valor semântico das expressões que o compõem – quantificador(es), nome, complemento(s), modificador(es) – e outros extrínsecos, isto é, que dependem de relações do sintagma com outros elementos situados no interior da frase ou do discurso. Podemos organizar do seguinte modo os diferentes planos de análise semântica dos sintagmas nominais:

### **Semântica intrínseca dos sintagmas nominais**

- a. valor semântico do nome, seus complementos e modificadores;
- b. valor semântico do operador de quantificação – simples ou complexo, explícito ou implícito;
- c. valor semântico global do sintagma nominal;
- d. pressuposições induzidas por algum elemento do sintagma nominal.

### **Semântica extrínseca dos sintagmas nominais**

- e. interações entre o sintagma nominal e o predicador a que está associado, donde resultam restrições sobre interpretações possíveis; estas interações podem determinar – por exemplo, no caso de leituras de espécie (ver, neste tomo, o artigo de Ana Cristina Lopes) – o valor semântico global do sintagma nominal;
- f. relações de escopo entre sintagmas nominais, ou entre estes constituintes e outros operadores, nomeadamente de negação e de tempo;
- g. relações de dependência referencial entre um sintagma nominal lexical e outras estruturas nominais.

Como é decerto evidente, estamos perante matéria vasta, diversificada e complexa, cujo tratamento não pode confinar-se a uma vintena de páginas. No presente texto, limitar-me-ei a uma introdução geral a uma visão integrada dos diversos planos de análise semântica nominal acima referidos, ocupan-

do-me em seguida, também brevemente, de dois dos tópicos enumerados (*e.* e *f.*). Quanto aos restantes textos do presente tomo, o de Telmo Mória ocupa-se de aspectos do tópico *a.*, o de Ana Teresa Alves de aspectos do tópico *b.*, o de Ana Cristina Lopes de aspectos do tópico *c.* e o de Rui Ribeiro Marques de questões que envolvem uma associação dos tópicos *a.*, *b.* e *c.*



## 2. Aspectos da semântica intrínseca das estruturas nominais

### 2.1. *A semântica do nome*

Ao procurarmos compreender a semântica intrínseca das estruturas nominais, teremos, naturalmente, de começar por reflectir sobre o **nome**. Um primeiro passo neste sentido pode ser o de, bem aristotelicamente – mas com influências muito posteriores na formulação –, estabelecermos que os nomes têm a função básica de identificar as entidades participantes numa situação, enquanto os predicadores – particularmente os verbais e os adjectivais – servem para a identificação dessa situação.

Num segundo passo, teremos de reconhecer a diversidade semântica dos nomes, ou seja o facto de existir uma correspondência entre subclasses de nomes linguisticamente pertinentes – quer dizer, classes que determinam a boa ou má formação de construções – e subclasses de objectos do real não-linguístico. É, por exemplo, bastante óbvio que nomes como *ouro*, *anel*, *amizade* ou *viagem* pertencem a distintas subclasses semânticas de nomes, não pelo facto de as entidades que eles permitem designar poderem ser separadas numa tipologia baseada em critérios não-linguísticos – por exemplo, físicos ou filosóficos –, mas fundamentalmente porque este facto tem como consequência que esses nomes apresentam diferentes propriedades linguísticas.

O reconhecimento da diversidade semântica dos nomes constitui um patamar de reflexão que facilmente se atinge por via intuitiva e que pode ser

apoiado em dados simples. Contudo, o desenvolvimento pleno de uma tipologia de nomes bem fundamentada só pode ser atingido uma vez dominados os processos de formação de estruturas supra-nominais – em primeiro lugar, os processos de formação de nomes modificados e de sintagmas nominais, e, por último, os processos de formação de estruturas de nível superior, até à frase. Digamos que só do alto desse edifício estrutural, olhando de novo para uma das suas bases – a base nominal –, se pode captar toda a variedade e complexidade da classe dos nomes. Em Peres (1992), texto em que procurei esboçar uma parte do que penso ser a arquitectura básica da semântica nominal, avancei uma proposta de tipologia de nomes, pelo que não retomarei aqui o assunto.

### *2.2. Operações semânticas nominais*

Afastada a importante questão acabada de enunciar, procurarei definir, nas subsecções seguintes, em termos sintéticos, parte do processo de complexificação semântica que se desenvolve a partir do nome. Recorrendo a terminologia que utilizei no artigo mencionado, considerarei que, numa primeira fase desse processo, o nome pode ser sujeito a **operações semânticas nominais**, entendidas como processos morfológicos ou sintácticos que envolvem a definição de uma nova denotação a partir da denotação de uma estrutura nominal nuclear (isto é, um nome e, se os tiver, os seus complementos) que funciona como operando. No mesmo lugar propus que se considerasse a existência de três operações semânticas nominais: a **modificação nominal**, a **pluralização nominal** e a **quantificação nominal**. As duas primeiras geram denotações de estruturas nominais a partir de objectos do mesmo tipo – numa determinada perspectiva, conjuntos de entidades –, ao passo que a terceira pode ser entendida como gerando objectos mais complexos que os denotados pela estrutura nominal não quantificada ou, alternativamente, como estabelecendo um determinado tipo de relação entre a denotação da estrutura nominal não quantificada e a estrutura de um predicado. Por exemplo, na

frase *todos os gatos brincam*, o complexo quantificacional *todos os* estabelece entre a denotação do nome *gatos* e a denotação da forma verbal *brincam* uma relação segundo a qual o conjunto dos gatos faz parte do conjunto das entidades que brincam (ver o artigo de Ana Teresa Alves neste mesmo tomo).

A primeira das operações referidas no parágrafo anterior é objecto de considerável desenvolvimento tanto em Mória (1992) como em artigo do mesmo autor neste tomo. Quanto às restantes, dedicar-lhes-ei de seguida algum espaço, uma vez que a primeira praticamente não é referida pelos demais autores desta publicação e a segunda é tratada apenas parcelarmente nos artigos de Ana Teresa Alves e de Rui Ribeiro Marques.

### 2.2.1. A operação de pluralização

No texto que já acima referi – (Peres, 1992), para o qual remeto o leitor –, apresentei com algum desenvolvimento e em termos intuitivos uma perspectiva sobre a semântica dos plurais desenvolvida na década de oitenta. Anteriormente, tinha tratado o tema, em termos bastante mais formais (Peres, 1987, 1990 e 1991). Neste momento, pretendo apenas apresentar uma brevíssima síntese de ideias que anteriormente divulguei ou propus.

Importa, antes de mais, fazer notar que as línguas naturais apresentam diferentes tipos de plurais, alguns deles sem relevância semântica. Estes são os plurais a que chamei **plurais (meramente) morfológicos** e **plurais (meramente) sintácticos**. Exemplo dos primeiros são palavras como *esponsais*, *honorários* e *núpcias*, que só admitem forma plural, mas podem servir para a designação de um único objecto ou de uma única situação. Embora com características diferentes, são ainda exemplos do primeiro grupo nomes como *óculos* e *calções*, quando usados para designar um único par de óculos ou um único par de calções. Quanto ao segundo grupo, parece-me adequado considerar que a ele pertencem todos os plurais que são obtidos pelo processo de concordância em Número

No que respeita aos plurais com alcance semântico, importa tentar caracterizar minimamente o seu contributo para a composição do significado.

## Discursos

Por muito estranho que pareça, a reflexão sistemática sobre esta matéria só teve início nos anos setenta com Bennett (1974) e só atingiu um estágio satisfatório na década de oitenta, em particular com as propostas de Link (1983, 1984 e 1987). A intuição orientadora da investigação pode resumir-se nos seguintes termos simples: (i) as línguas naturais usam expressões, de várias categorias predicativas – nominais, adjectivais e verbais –, cuja denotação envolve entidades grupais (ou, o que é o mesmo, colectivas); (ii) dos pontos de vista morfológico e sintáctico, as expressões cuja denotação envolve entidades grupais – e, em certos casos, simultaneamente entidades grupais e entidades não-grupais – não se distinguem daquelas em cuja denotação estão envolvidas apenas entidades não-grupais; (iii) como consequência natural dos dois pontos anteriores, impõe-se um tratamento semântico das expressões grupais e não-grupais que, por um lado, dá conta das suas idiosincrasias semânticas e, por outro lado, fazendo jus à sua indiferenciação morfo-sintáctica, as trate (semanticamente) de modo uniforme até aos limites do possível. Vejamos algumas frases que exemplificam as questões colocadas:

- (1) Todos os jogadores receberam uma medalha.
- (2) Todas as equipas receberam uma medalha.

Este par de frases ilustra os pontos (i) e (ii) enunciados no parágrafo anterior. De facto, enquanto o valor semântico do núcleo nominal do Sujeito da frase (1) – *jogadores* – é definido a partir de indivíduos simples – no sentido de não-grupais –, o valor correspondente na frase (2) – o do nome *equipas* – tem de ser definido a partir de entidades grupais, que, no caso, são equipas (por exemplo, de jogadores). Por outro lado, é evidente que não existe qualquer variação morfo-sintáctica entre as duas frases. Verificado isto, há então que tornar efectivo o que foi enunciado no ponto (iii). A forma de o fazer é postular que os universos de discurso das línguas naturais contêm tanto indivíduos simples como indivíduos grupais, com o mesmo estatuto ontológico. É claro que, em consonância com a intuição que o próprio falante tem de que uma entidade grupal é formada a partir de entidades simples,

existem formas matemáticas de construir as entidades grupais a partir das entidades simples. Tal, porém, exige um aparato formal que não é possível utilizar aqui. Passaremos, pois, à ilustração de outro problema. Vejam-se as frases seguintes:

- (3) Todos os jogadores se juntaram na festa.
- (4) Alguns jogadores alugaram um carro para ir à festa.

Repare-se que a denotação do núcleo do Sujeito da frase (3) – de novo, o nome *jogadores* – não pode conter apenas os indivíduos simples que bastavam à interpretação da Frase (1), uma vez que o predicado intransitivo *juntar-se* só pode aplicar-se a entidades grupais. Temos, por conseguinte, de admitir que a denotação de um nome como *jogadores* – e de grande parte dos nomes comuns – pode conter tanto entidades grupais como entidades não-grupais. Adoptando um dos tratamentos formais possíveis e procurando a máxima economia e simplicidade, pode-se estipular que a denotação de um nome plural consiste sempre num conjunto de indivíduos, uns simples e outros grupais, definidos os segundos a partir dos primeiros por processos formais (comummente, recorrendo à teoria dos reticulados, ou, alternativamente, às álgebras de Boole). A conveniência da reunião desses distintos tipos de indivíduos na denotação da mesma palavra torna-se evidente com uma frase ambígua como (4), onde as duas interpretações disponíveis – alugueres individuais *versus* um aluguer colectivo – podem ser obtidas a partir de uma única denotação do nome pluralizado.

Vem ainda a propósito fazer notar que a necessidade que verificámos de formação de indivíduos grupais a partir de indivíduos não-grupais – para a interpretação das frases (3) e (4) – surge também em estruturas com uma outra caracterização semântica, ilustrada pela frase (5):

- (5) Várias equipas reuniram-se para discutir as novas regras.

Nesta frase, temos exactamente o mesmo tipo de ambiguidade detectado na frase (4). Na verdade, a frase (5) permite que se esteja a referir quer

uma única reunião conjunta de um determinado número de equipas quer reuniões separadas de cada uma das equipas em causa. Em conformidade, temos de assumir que o nome colectivo plural *equipas* tem na sua denotação indivíduos grupais formados a partir de indivíduos simples – as equipas – e outros indivíduos grupais formados a partir dos primeiros – isto é, grupos de equipas.

Outros aspectos da semântica dos plurais têm sido postos em relevo. Alguns deles têm a ver com a capacidade de certos plurais de permitirem a denotação de espécies, matéria que é tratada por Ana Cristina Lopes noutro artigo deste tomo. Outros têm a ver com factores de complexidade da denotação dos plurais superiores aos descritos nos parágrafos anteriores. A frase (6) abaixo, que é uma tradução de uma frase de Link (1987), ilustra um desses factores. A questão que ela coloca é, obviamente, a de se saber de que entidades estamos a falar quando utilizamos uma expressão como *empresas rivais*. Quaisquer que elas sejam, decerto não coincidem nem com os indivíduos simples nem com os indivíduos grupais de que até agora falámos.

(6) Todas as empresas rivais têm interesses em comum.

### 2.2.2. A operação de quantificação

A presença de uma noção de **quantidade** no quadro da gramática é uma constante da tradição greco-latina (como o será provavelmente de outras tradições). O mesmo não se pode dizer da noção de **quantificador**, que só muito recentemente, na década de setenta, com o trabalho de Montague, e mais intensamente a partir de Barwise e Cooper (1981), passou a ter na caracterização semântica das línguas naturais uma importância equivalente à que tinha para as lógicas simbólicas, criadas a partir do século XIX. Creio, no entanto, poder-se dizer que não se atingiu ainda uma perspectiva suficientemente vasta para englobar todos os diferentes processos de **quantificação** das línguas naturais, os quais, não se limitando à **quantificação nominal**, são bastante mais variados e complexos que os das linguagens lógicas conheci-

das. As partes sublinhadas das frases que se seguem exemplificam diferentes tipos de quantificação, dos quais apenas os cinco primeiros têm uma estrutura de base nominal a determinar o domínio sobre que opera o quantificador:

- (7) Alguns dos meus amigos vivem no campo.
- (8) A maioria dos meus amigos vive no campo.
- (9) Bebi um litro de água.
- (10) Bebi toda a água que estava no frigorífico.
- (11) O orador falou com bastante convicção.
- (12) O carro está muito afastado do passeio.
- (13) Este livro é muito interessante.
- (14) Achei o filme um bocado sem graça.
- (15) Gosto imenso de maçãs reinetas.
- (16) Muito provavelmente, o encontro vai ser adiado.
- (17) Visito este museu frequentemente.
- (18) Importas-te de falar um pouco mais alto?

Em Peres (1992) procurei definir uma perspectiva integradora dos diferentes tipos de quantificação nominal, partindo da hipótese de que os processos de quantificação das línguas naturais correspondem sempre à utilização de uma de duas capacidades básicas do ser humano (e provavelmente não só), que estão na origem do desenvolvimento de toda a matemática – a capacidade de **contar** e a capacidade de **medir**. Deste modo, os processos de quantificação natural dividir-se-iam em dois subtipos fundamentais: a **quantificação descontínua** ou de **contagem** e a **quantificação contínua** ou de **medição**. De acordo com o que então escrevi, o primeiro destes processos seria exemplificado pelas frases (7) e (8) e o segundo pelas frases (9) e (10). Neste momento, inclino-me a alargar por duas vias a tipologia em causa. A primeira destas vias consiste em integrar no âmbito da quantificação de medição não só o processo de quantificação nominal exibido na parte sublinhada da frase (11) mas também os processos de quantificação não-nominal representados nas partes sublinhadas das frases (12) a (16). Este alargamento do alcance da tipologia obrigará, por um lado, a uma revisão do conceito de

quantificação de medição que anteriormente propus (cf. *ib.*: 17) e, por outro, a uma subclassificação mais fina dos processos de quantificação deste tipo. Quanto à segunda via de extensão da tipologia em causa, ela consiste em integrar no âmbito da quantificação de contagem o processo de quantificação não-nominal exibido na parte sublinhada da frase (17). Esta extensão apenas irá requerer que se considere a existência de um domínio de quantificação constituído por eventos. Com efeito, a informação que na frase (17) se transmite através da expressão (tradicionalmente classificada como adverbial) *frequentemente* é a de que a visita do locutor a um dado museu ocorre um número elevado de vezes. Quanto ao processo de quantificação ilustrado pela parte sublinhada da frase (18) – que, possivelmente, deve ser visto conjuntamente com outras construções comparativas –, não me ocuparei dele aqui.

Uma vez operadas as extensões que acabo de referir, obtém-se a tipologia de processos de quantificação que a seguir apresento, a qual constitui ainda seguramente um quadro incompleto dos processos de quantificação nas línguas naturais. Para facilitar a compreensão das diferenças em causa, cada subtipo vem acompanhado dos números das frases do grupo (7)-(17) que o exemplificam.

### Tipologia (parcial) dos processos de quantificação das línguas naturais

1. quantificação descontínua ou de contagem
  - 1.1. quantificação de contagem absoluta – [7, 17]
  - 1.2. quantificação de contagem relativa – [8]
2. quantificação contínua ou de medição
  - 2.1. quantificação de medição absoluta
    - 2.1.1. quantificação de medição absoluta física – [9, 12]
    - 2.1.2. quantificação de medição absoluta não-física – [11, 13, 14, 15 e 16]
  - 2.2. quantificação de medição relativa ou mereológica – [10]

Podemos esboçar sumariamente uma definição de cada um destes tipos e subtipos de quantificação nos termos que se seguem:

- a. quantificação descontínua ou de contagem:** envolve o número de membros de um conjunto, com ou sem o requisito de esse número ser comparado com o cardinal de outro conjunto;
- b. quantificação de contagem absoluta:** envolve o número de membros de um conjunto, sem o requisito de esse número ser comparado com o cardinal de outro conjunto (por exemplo, para determinar o valor de verdade da frase (7), apenas é preciso verificar se o conjunto de intersecção do conjunto dos amigos do locutor e do conjunto das pessoas que vivem no campo tem mais de um membro);
- c. quantificação de contagem relativa:** o número de indivíduos relevante é determinado em função de um outro número (por exemplo, para determinar o valor de verdade da frase (8), não basta saber quantos indivíduos pertencem simultaneamente ao conjunto dos amigos do locutor e ao conjunto das pessoas que vivem no campo, sendo também preciso conhecer o número de amigos do locutor);
- d. quantificação contínua ou de medição:** não envolve a determinação de uma quantidade de entidades, mas antes a determinação de um valor numa escala;
- e. quantificação de medição absoluta:** envolve a determinação de um valor numa escala definida independentemente das entidades relevantes para a predicação;
- f. quantificação de medição absoluta física:** envolve a determinação de uma quantidade física (por exemplo, de matéria ou de energia) com referência a padrões independentes da entidade que é objecto do processo de quantificação (por exemplo, na frase (9) é definida uma quantidade de água em função de uma medida universal de capacidade);

- g. **quantificação de medição absoluta não-física:** envolve a determinação de um valor numa escala de valores aplicáveis a realidades não-físicas, como atitudes, sentimentos, qualidades, estados (mormente psíquicos) ou valores éticos e estéticos (por exemplo, na frase (11) atribui-se o grau máximo numa escala de valores com que – de maneira mais ou menos subjectiva, é claro – se avalia a intensidade da convicção de um orador na exposição das suas ideias);
- h. **quantificação de medição relativa ou mereológica:** envolve a determinação de uma porção de uma entidade relativamente à totalidade dessa entidade (por exemplo, na frase (10) estabelece-se como parte relevante de uma determinada quantidade de água a totalidade – isto é, sem paradoxo, a parte total – dessa mesma quantidade de água).

Não me deterei mais sobre a operação de quantificação, uma vez que, em artigos contidos neste mesmo tomo, Ana Teresa Alves e Rui Ribeiro Marques se ocuparão, respectivamente, de alguns aspectos da quantificação de contagem e de alguns aspectos da quantificação de medição.

### 3. Aspectos da semântica extrínseca das estruturas nominais

#### 3.1. *Conceito de “leitura de um sintagma nominal”*

Distingui na secção 1. uma “semântica intrínseca” e uma “semântica extrínseca” dos sintagmas nominais. Na verdade, vários aspectos da semântica do sintagma nominal só podem ser definidos analisando o contexto em que ele se integra. É a estes aspectos que se pode aplicar a designação **leitura de um sintagma nominal**, se bem que a definição clara desta expressão – de uso abundantíssimo na literatura semântica – raramente tenha sido objecto de reflexão. No presente texto, esta designação servirá para englobar um conjunto de variações que têm a ver com a semântica extrínseca do sintagma nominal.

Para captarmos bem o que se pode entender por “leitura de um sintagma nominal”, convém recordar que um sintagma desta classe contém uma estrutura nominal – que podemos considerar como identificando um conjunto de indivíduos – e um operador de quantificação, que pode ser de estrutura simples – como em *algumas pessoas* – ou de estrutura complexa – como em *a maior parte das pessoas*. Sintetizando ideias anteriormente expressas, podemos também dizer, em termos intuitivos, que a estrutura nominal não quantificada ocorrente num sintagma nominal contribui para a resposta à pergunta “o quê?” (ou, se quisermos, mais explicitamente, “de que classes de indivíduos é que falamos?” – de livros, de pessoas, de ideias, de situações ou de várias outras classes de entidades), enquanto a estrutura de quantificação responde a perguntas como “quantos?” ou “quanto?”. Tudo o que vá para além destas informações básicas já deve ser considerado como fazendo parte da *leitura* que um sintagma nominal recebe do seu contexto. Note-se, no entanto, que algumas leituras atribuídas a sintagmas nominais dependem crucialmente do próprio sintagma nominal – de propriedades do nome e de propriedades da estrutura de quantificação. Nas subsecções que se seguem, farei uma apresentação breve e informal de alguns sistemas de leituras de sintagmas nominais.

### 3.2. Leituras envolvendo noções de singularidade e grupalidade

O primeiro sistema de leituras de sintagmas nominais que referirei é constituído por um conjunto de valores em que as noções intuitivas de indivíduo singular e de indivíduo grupal (ou colectivo) desempenham um papel fundamental. Não podendo desenvolver aqui esta matéria – de que alguns aspectos são tratados em Peres (1991) –, limitar-me-ei a ilustrar algumas das leituras em causa:

- (19) Alguns estudantes alugaram um computador  
(frase ambígua entre uma **leitura distributiva**, segundo a qual mais de um estudante alugou individualmente um computador, e uma **leitura grupal** ou **colectiva**, segundo a qual um grupo formado por mais de um estudante alugou colectivamente um computador).

## Discursos

---

- (20) Alguns estudantes reuniram-se ontem à tarde  
(frase não ambígua, exclusivamente com leitura grupal).
- (21) As equipas reuniram-se ontem à tarde  
(frase ambígua entre uma **leitura distributiva**, segundo a qual todas as equipas relevantes no contexto se reuniram separadamente, e uma **leitura grupal**, segundo a qual todas as equipas relevantes no contexto se reuniram conjuntamente).
- (22) Ambas as raparigas compraram um disco  
(frase não ambígua, exclusivamente com leitura distributiva).
- (23) Ambas as raparigas couberam no banco da frente  
(frase ambígua entre uma **leitura distributiva**, segundo a qual cada uma das raparigas experimentou em separado sentar-se no banco da frente e coube lá, e uma **leitura grupal**, segundo a qual as duas raparigas em causa couberam conjuntamente no banco da frente).
- (24) Ambas as raparigas se encontraram para conversar  
(frase semanticamente mal-formada, em virtude da incompatibilidade entre o carácter grupal do predicador e o carácter tipicamente anti-grupal do quantificador *ambos*).
- (25) Alguns dos rapazes que se juntaram para organizar a festa adoeceram  
(leitura colectiva na oração relativa e distributiva derivada na frase matriz).
- (26) Alguns dos rapazes que se reuniram jantaram juntos  
(leitura colectiva na oração relativa e colectiva derivada na frase matriz).

- (27) Alguns dos estudantes que vivem longe da família juntaram-se para uma festa  
(leitura distributiva na oração relativa e colectiva derivada na frase matriz).
- (28) Toda a equipa bebeu água sem gás  
(leitura distributiva derivada).

### 3.3. Leituras envolvendo uma noção de especificidade

Ao segundo sistema de leituras que exemplificarei, está associada uma noção – nem sempre muito claramente definida – de **especificidade**. O subsistema inclui, fundamentalmente, uma **leitura específica** e uma **leitura não-específica** (ou **inespecífica**, se quisermos). Para bem entendermos as diferentes noções que podem estar em jogo, observemos as seguintes sequências discursivas:

- (29) Um amigo meu já me tinha falado deste filme. Se o encontrar hoje, vou dizer-lhe que gostei imenso.
- (30) Um amigo meu já me tinha falado deste filme, mas não consigo lembrar-me de quem foi.

De acordo com a interpretação mais normal de (29), entende-se que o seu emissor está a evocar um amigo concreto, que poderia até identificar pelo nome. Pelo contrário, da frase (30) deduz-se que o emissor não associa ao sintagma nominal *um amigo meu* uma representação cognitiva de uma entidade que ele possa identificar no momento da locução. Em muitos autores, o contraste em causa é identificado com a oposição **valor específico / valor não-específico** (ou **leitura específica / leitura não-específica**). Parece-me importante salientar que o contraste em causa pode não ser considerado de ordem estritamente semântica, uma vez que, em ambos os casos, para que a frase seja verdadeira é requerido que exista um indivíduo que é amigo do

## **Discursos**

---

emissor e que lhe falou do filme em causa. Digamos que a semântica pode parar neste ponto da análise, deixando para outros níveis menos especialmente linguísticos a questão de saber que tipo de representação não-verbal o falante associa ao seu discurso.

Vejamos agora o seguinte par de frases:

- (31) O director anda à procura de uma secretária. Parece que só ela é que tem um número de telefone de que ele precisa.
- (32) O director anda à procura de uma secretária. De preferência, deverá dominar bem o Alemão e o Inglês.

O contraste entre as duas frases no que respeita à interpretação do sintagma *uma secretária* não é o mesmo que o que se verificava no par anterior. Aí, as frases tinham em comum uma asserção (para outros, pressuposição) de existência – *há um amigo meu que me falou do filme* – e distinguiam-se pela presença num caso e ausência no outro de uma representação mental identificadora associada ao sintagma. No presente par, só a primeira frase associa ao sintagma *uma secretária* uma asserção ou uma pressuposição de existência – existe uma secretária concreta que terá um determinado número de telefone. Quanto à segunda frase, a entidade para que remete o mesmo sintagma não é uma entidade concreta do universo de discurso, mas sim um objecto abstracto, que possivelmente andarรก próximo de ser um conjunto de propriedades – daquelas propriedades que caracterizam uma secretária. É interessante observar que, se usarmos frases relativas no sintagma nominal relevante, se verifica uma alternância entre o modo indicativo e o modo conjuntivo, o primeiro para o caso da entidade concreta e o segundo para o caso da entidade abstracta:

- (33) O director anda à procura de uma secretária que tem um número de telefone de que ele precisa.
- (34) O director anda à procura de uma secretária que domine bem o Alemão e o Inglês.

É evidente que estamos perante uma oposição eminentemente semântica, uma vez que tem a ver com diferenças de denotação. Também para esta oposição se tem usado o par de designadores antonímicos **valor específico / / valor não-específico** (ou **leitura específica / leitura não-específica**), sobretudo no quadro da gramática de Montague. Foi, aliás, este lógico quem, em Montague (1970), encontrou uma engenhosa solução para a explicitação formal desta diferença. Dificilmente se vislumbra que algo de semelhante possa acontecer com a diferença ilustrada por (29)-(30), dentro dos quadros lógicos conhecidos.

É importante chamar a atenção para o facto de a oposição **específico / / inespecífico** que acabo de referir ser típica de contextos especiais, por vezes denominados **oblíquos** e, em certos quadros teóricos, **intensionais**. O verbo *procurar*, que utilizei nas frases (33)-(34), é precisamente uma unidade que gera um desses contextos na posição de objecto directo.

#### 3.4. Leituras envolvendo a noção de “responsabilidade da designação”

Este terceiro tipo de variação de leitura de sintagmas nominais tem sido expresso através da oposição **leitura de re / leitura de dicto**, que a seguinte frase ilustra:

(35) O Paulo pensa que o Governador do Banco de Portugal é milionário.

Suponhamos que eu estou com o Paulo numa marina e que, de um luxuoso carro, emerge um cavalheiro que atravessa uma ponte e entra num belo barco de recreio. O Paulo ignora de quem se trata, mas eu sei que a personagem é o dito governador. O Paulo diz-me: “aquele fulano é milionário”. Nestas circunstâncias, nada impede que, mais tarde, eu enuncie, com verdade, a frase (35). O que estou, nesse caso, a fazer, é a relatar uma crença do Paulo acerca de um indivíduo concreto do real, usando para o designar

uma expressão que eu posso utilizar porque conheço esse indivíduo, mas que o Paulo não poderia, visto que não o identifica. Estou, pois, a designar esse indivíduo por meio de uma “descrição do falante”, como lhe chamaram alguns autores, por oposição a uma “descrição do Paulo” (no caso concreto). Assim, podemos dizer que, apesar de a frase (35) ser verdadeira, a crença do Paulo não incide sobre uma entidade identificada enquanto Governador do Banco de Portugal, mas sobre o indivíduo em si, sem identidade, digamos. Por isso, esta leitura é chamada “*de re*” (isto é, acerca da coisa).

Imaginemos agora uma situação alternativa, em que eu sei que, depois de ouvir algumas notícias sobre o ouro guardado no Banco de Portugal, o ingénuo Paulo chegou à conclusão de que o Governador do Banco de Portugal é milionário. Nesse caso, a sua crença é mais acerca da função que de indivíduos concretos, ou, noutras perspectiva, é acerca da mini-espécie formada pelos governadores em causa. Se entendermos a frase (35) como veiculando essa crença genérica, dir-se-á então que nela o sintagma nominal *Governador do Banco de Portugal* recebe uma leitura *de dicto*.

### 3.5. Leituras envolvendo uma oposição “definido” / “genérico”

O quarto sistema de leituras de sintagmas nominais que apresento foi introduzido por Donnellan (1966). Exprime-se por meio da oposição **valor referencial** / **valor atributivo**. Suponhamos que o Paulo diz a frase que se segue:

(36) O Governador do Banco de Portugal é milionário.

Numa interpretação possível, o Paulo estará a referir-se ao indivíduo concreto que desempenha a função em causa. Neste caso, diremos, usando a terminologia de Donnellan, que o sintagma nominal recebe um **valor referencial**. Se, porém, o Paulo não estiver a referir-se a um indivíduo concreto, mas, sim, ao conjunto de propriedades que em abstracto definem o Gover-

nador do Banco de Portugal, então diremos que o mesmo sintagma está a receber um **valor atributivo**. Na minha opinião, esta terminologia não se adequa plenamente a uma semântica de tradição montagueana, em que se considera que todas as expressões, seja qual for a sua categoria, têm uma referência. Preferiria, por isso, que o valor dito referencial fosse aproximado do valor normal da descrição definida e que o valor dito atributivo fosse aproximado do valor genérico nominal (a que prefiro chamar **leitura de espécie**).

### 3.6. *Leituras envolvendo dependências entre constituintes*

O subsistema referido nesta subsecção envolve um tipo de relações de dependência entre constituintes que tem sido designado por **escopo** (ou **alcançe** ou **âmbito**). Sem procurar definir, apenas exemplificarei o tipo de relação em causa, cingindo-me a relações de escopo entre sintagmas nominais. Vejamos alguns exemplos de ambiguidade – em alguns casos, possivelmente antes vagueza – derivada de diferentes atribuições de escopo. Apenas explicitarei as interpretações do primeiro exemplo, deixando ao leitor o trabalho de descobrir as dos restantes.

- (37) Todos os estudantes de Letras leram um livro do Eça  
(numa interpretação, em que se diz que *um livro de Eça* tem escopo sobre *todos os estudantes*, está-se a afirmar que existe pelo menos um livro que todos os estudantes leram; noutra, em que se diz que o sintagma *todos os estudantes* tem escopo sobre o sintagma *um livro do Eça*, ou que o primeiro tem escopo largo e o segundo escopo estreito (um em relação ao outro), está-se a afirmar que para cada estudante existe pelo menos um livro de Eça que ele leu, podendo os livros lidos pelos diferentes estudantes ser também diferentes; note-se que as descrições definidas, incluindo os nomes próprios, têm sempre escopo largo).

- (38) Todos os estudantes desta turma se tornaram amigos de um dos seus colegas.
- (39) Todos os rapazes que se tornam amigos de uma das irmãs do Paulo apanham uma doença do coração.
- (40) Todos os estudantes desta turma se tornaram amigos de uma irmã de um dos seus colegas.
- (41) Todos os turistas do grupo visitaram três museus de Lisboa.

### 3.7. Leituras envolvendo combinações de factores

Exemplificarei agora a combinação dos valores específico ou inespecífico (por vezes identificados com, respectivamente, *de re* e *de dicto*) com variações de escopo. Comparem-se as frases seguintes:

- (42) O Paulo pensa que vai ganhar um democrata.
- (43) Todos os republicanos pensam que vai ganhar um democrata.

Repare-se que a primeira frase apresenta uma ambiguidade entre uma leitura específica e uma leitura inespecífica do sintagma *um democrata*. Não existe, porém, qualquer ambiguidade de escopo entre sintagmas nominais, uma vez que o Sujeito da matriz é uma descrição definida – neste caso, contendo um nome próprio – e, como já disse acima, as descrições definidas têm sempre escopo largo. Pelo contrário, a segunda frase envolve pelo menos três leituras, que podemos classificar e descrever nos seguintes termos:

- L1. Leitura específica de *um democrata*, com escopo largo (em relação a *todos os republicanos*): existe um certo democrata tal que todos os republicanos pensam que ele vai ganhar.

- L2. Leitura específica de *um democrata*, com escopo estreito (em relação a *todos os republicanos*): para cada republicano, existe um democrata tal que esse republicano pensa que ele vai ganhar; note-se que se pode dar o caso de muitos republicanos – até mesmo todos – preverem a vitória do mesmo democrata;
- L3. Leitura inespecífica de *um democrata* (não se pondo, neste caso, na minha opinião, o problema do escopo): todos os republicanos pensam que o vencedor será um indivíduo do Partido Democrático, mas não têm em mente qualquer indivíduo concreto.

#### **4. Breve conclusão**

O presente texto tinha, fundamentalmente, dois objectivos. O primeiro era o de definir em linhas gerais a semântica das estruturas nominais, a qual, como deverá ter ficado claro, é um processo construtivo que parte da computação do valor semântico do nome nuclear e se alarga até aos níveis da frase e do discurso. O segundo objectivo era o de focar alguns dos aspectos deste processo, o que foi feito tendo em conta que uns dependem exclusivamente dos sintagmas nominais em si e que outros dependem da interacção entre essas estruturas e outros elementos da construção frásica. De entre os primeiros, foram objecto de análise a pluralização nominal – secção 2.2.1. – e a aplicação de operadores de quantificação – secção 2.2.2. Quanto aos segundos, procurei fazer uma síntese dos diferentes valores que um sintagma nominal pode assumir em função do contexto em que se integra. Os artigos que se seguem oferecem o tratamento de outras questões, constituindo uma unidade com o presente texto e um seu complemento indispensável.

---

João Andrade Peres é Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no Departamento de Linguística Geral e Românica, onde coordena a área de Semântica. Tem-se dedicado em particular às temáticas da quantificação, da negação e da expressão de valores temporais nas línguas naturais.

### Referências bibliográficas

- BARWISE, J.; COOPER, R. (1981) – “Generalized Quantifiers and Natural Languages,” in *Linguistics and Philosophy*, 4, pp. 159-220.
- BENNETT, M. (1974/1975) – *Some Extensions of a Montague Fragment of English*, diss. de dout., UCLA, dist. Indiana University Linguistics Club, 1975.
- DONNELLAN, K. S. (1966) – “Reference and Definite Description,” in *Philosophical Review*, 75, pp. 281-304.
- LINK, G. (1983) – “The Logical Analysis of Plurals and Mass terms (A Lattice-theoretical Approach”, in R. Bäuerle, C. Schwarz and A. von Stechow (orgs.) – *Meaning, Use and Interpretation of Language*, Berlin, de Gruyter.
- LINK, G. (1984) – “Hydras, On the Logic of Relative Constructions with Multiple Heads”, in F. Landman e F. Veltman (orgs.) – *Varieties of Formal Semantics*, Dordrecht, Foris.
- LINK, G. (1987) – “Generalized Quantifiers and Plurals”, in P. Gärdenfors (org.) – *Generalized Quantifiers, Linguistic and Logic Approaches*, Dordrecht, D. Reidel.
- MÓIA, T. (1992) – “Sobre Classes Semânticas de Adjectivos,” in *Cadernos de Semântica*, 7, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MONTAGUE, R. (1970) – “The Proper Treatment of Quantification in Ordinary English”, in J. Hintikka, J. Moravcsik e P. Suppes (orgs.) – *Approaches to Natural Language, Proceedings of the 1970 Stanford Workshop on Grammar and Semantics*, 1973, Dordrecht, D. Reidel, reimpr. in *Formal Philosophy, Selected Papers of Richard Montague*, org. e intr. por R. Thomason, New Haven, CT, Yale Univ. Press., 1974.
- PERES, J (1987) – *Para uma Semântica Formal da Quantificação Nominal Não-Massiva*, diss. de dout., Universidade de Lisboa.
- PERES, J. (1990) – “Basic Aspects of the Theory of Generalized Quantifiers”, in M. Filgueiras, L. Damas, N. Moreira e A. P. Tomás (orgs.) – *EALIA 90: Advanced School on Natural Language Processing, Lecture Notes in Artificial Intelligence*, Berlin, Springer-Verlag, 1991.
- PERES, J. (1991) – “Issues on Distributive and Collective Readings”, comun. apresentada ao *Seminar on Plurals*, Universidade de Tubinga, Dez. de 1991, in *Cadernos de Semântica*, 4, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- PERES, J. (1992) – “Questões de Referência Nominal,” in *Cadernos de Semântica*, 1, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.